

**FLAGRA.** Fiscalização do Ministério do Trabalho constata falhas graves que oferecem riscos a trabalhadores

# Audidores embargam obras na Ufal

Reitoria responsabiliza construtoras por irregularidades; relatório será encaminhado à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal

**ANTÔNIO CARLOS SOUTO \***  
ESTAGIÁRIO

Ausência de equipamentos de proteção, fiação elétrica exposta, estruturas sem segurança, risco à vida do trabalhador. Essas e muitas outras irregularidades fizeram com que fiscais do Ministério do Trabalho paralisassem cinco obras e um alojamento da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), na manhã de ontem, 31. Segundo os auditores, as falhas encontradas são graves e trazem elevado risco à saúde e à integridade física dos trabalhadores.

Entre as irregularidades, os fiscais descobriram que madeiras com restos de arames e pregos seriam reutilizadas na obra, além

da ausência de extintores e equipamento de proteção individual (EPI), o uso de andaimes sem estrutura adequada, circuito elétrico exposto e até operação de máquinas que oferecem riscos à vida dos trabalhadores.

Os auditores também interditaram um alojamento. Segundo a equipe fiscalizadora, o local, que abrigava vários trabalhadores vindos de Água Branca, tinha péssimas condições de vivência, além de uma estrutura precária e insalubre.

Alexandre Sabino é fiscal do Ministério do Trabalho e foi um dos responsáveis pelo embargo das construções. Ele define a situação encontrada como "absurda" e afirma que as

empresas sabiam das irregularidades e, mesmo assim, persistiram no erro. "As construtoras sabem a forma correta de se trabalhar. As exigências não são novidades para elas. Tudo isso foi por opção", afirmou.

Em uma coletiva de imprensa, o pró-reitor de gestão institucional da Ufal, Flávio Domingos, junto de uma equipe da Superintendência de Infraestrutura (Sinfra), demonstrou total apoio ao trabalho realizado pelo Ministério do Trabalho, além de responsabilizar as construtoras pelos problemas notificados. "Para a dignidade humana dos trabalhadores, para que se cumpra a legislação trabalhista, a Ufal se coloca em completo acordo com essas ações do Ministério do Trabalho. A gente entende que essa ação, efetivamente, é muito importante dentro de uma universidade", disse.

Dilson Batista, gerente



GILBERTO FARIAS

Obras apresentam inúmeras irregularidades e, segundo auditores do Ministério do Trabalho, não são fatos novos

de obras da Sinfra, relatou que o setor realiza supervisões nas obras da instituição e que já multou uma empresa e notificou oito. "Na universidade existe fiscalização das obras. Há também uma vistoria por parte das próprias empresas previstas em contrato. A gente já realizou notificação", afirmou.

Mas a afirmação do gerente de obras não condiz com o posicionamen-

to dos auditores. À **Gazeta de Alagoas**, Alexandre Sabino disse que as falhas não foram exceção. "Hoje na Ufal, a situação grave de risco ao trabalhador foi uma 'regra'. São coisas que se perduraram ao longo do tempo, não surgiram de ontem pra hoje em um canteiro de obra. Se a Ufal faz a fiscalização das obras, eu não posso me manifestar, não estou lá pra ver, mas uma

coisa eu garanto, essas irregularidades não são fatos novos", informou.

O relatório elaborado pelos auditores será encaminhado para a Polícia Federal, que fará a verificação de infração ao Código Penal. Também será enviado ao Ministério Público Federal, para que possam ser avaliadas as questões jurídicas em torno dessas irregularidades. ☉

\* Sob supervisão da editoria de Cidades